

Critérios para um Governo Metropolitano Sustentável: uma perspectiva fenomenológica

JOSÉ MARIO BRASILIENSE CARNEIRO

■ Os crescentes problemas sociais e ambientais que ocorrem tipicamente em regiões metropolitanas, do Brasil e do mundo, têm suscitado muitas e complexas questões sobre como ordenar, nestes vastos territórios, o exercício democrático da cidadania, a militância político-partidária, a parceria entre os setores privado e público e as estruturas de Governo responsáveis pela gestão da coisa pública (*res publica*) em nível local e regional.

Surtem e ganham força neste contexto trabalhos científicos e pesquisas aplicadas nas mais diversas disciplinas e campos do saber, dentre eles, a cultura urbana, os direitos humanos, a teoria do Estado, a sociologia e a gestão ambiental.¹ Muitas destas pesquisas afirmam a necessidade de se abordar a questão metropolitana em perspectiva interdisciplinar porque, simplesmente, a complexidade das metrópoles assim o exige.²

Não por acaso criam-se conceitos que, na sua própria formulação, pretendem dar conta da interdisciplinaridade, tais como, *governança* metropolitana, *arranjos* institucionais metropolitanos e *redes* federativas.³ Em poucas palavras,

- 1 Na introdução deste artigo fazemos referência a estes campos do saber no sentido de indicar o recorte reflexivo que tem estado mais presente no foco do autor mas reconhecemos a existência de inúmeras pesquisas em outras áreas correlatas tais como a arquitetura e urbanismo, geografia, economia, engenharia, e tantas outras, de tradicional e fundamental importância para a questão metropolitana.
- 2 Nesta linha ver, por exemplo, “The Metropolitan Problem in Interdisciplinary Perspective”. CONNOR, Michan A. In: *Interdisciplinary Research: Process and Theory*. REMPKO, Allen F. Califórnia, SAGE Publications, 2012.
- 3 Na década de 1990 o Centro de Estudos da Fundação Konrad Adenauer no Brasil empreendeu um grande esforço de promover o debate sobre o Federalismo comparado tratando do modelo brasileiro *vis a vis*, principalmente, ao modelo da Alemanha, e também de outros países. Dentre

fato é que o vasto problema metropolitano convida a um esforço de harmonizar diversos campos do saber e do agir.

Sempre que vários observadores voltam-se sobre um mesmo fenômeno e estabelecem um diálogo para dar soluções aos problemas a partir de suas diferentes perspectivas, logo se sente a necessidade de encontrar critérios comuns, que sejam capazes de orientar o trabalho no sentido da criatividade transformadora.

O propósito deste breve artigo é apontar, ainda que muito modestamente, alguns critérios que possam orientar o esforço de conceber uma estrutura política e administrativa capaz de governar o fenômeno metropolitano em direção a uma ecologia humana e ambiental sustentáveis.

Este exercício se justifica pois é preciso prevenir novos problemas nas metrópoles e, sobretudo, evitar as tendências para o seu desenvolvimento que, ao que tudo indica, parecem estar conduzindo estes gigantescos territórios ocupados por milhões de pessoas à deriva, para longe do controle e da racionalidade humana.

PENSAMENTO, CIDADE E METRÓPOLE

■ O exercício da pesquisa interdisciplinar tem levado profissionais das ciências naturais e humanas aos troncos e raízes do pensamento presentes na filosofia clássica, grega e latina, bem como nas escolas medievais europeias e nas filosofias orientais.

Às vezes banalizadas em clichês e publicações baratas a filosofia volta a ser um hábito e merece ainda maior espaço, também nas escolas. Não há quem deixe de refletir hoje em dia sobre a pessoa (quem sou), as relações interpessoais (quem somos), a ecologia (onde vivo), a vida (de onde vim), o futuro e a morte (para onde vou).

É verdade que o nosso pensamento é cotidianamente assaltado por um excesso de informação que nos seduz e tenta apagar as luzes da cultura e da sabedoria tradicionais. É também verdade que a nossa atenção se volta constantemente aos apelos alienantes do consumismo, do hedonismo, do egoísmo e da indústria do entretenimento. Resta-nos discernir e escolher a melhor parte.

as obras publicadas pela Adenauer podemos destacar: *Subsidiariedade e Fortalecimento do Poder Local* (Debates 6, 1995), *O Federalismo na Alemanha* (Traduções 7, 1995), *Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro* (Pesquisas 12, 1998). Este esforço culminou exatamente em uma obra voltada ao problema da Metrópole intitulada *Redes Federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC* (Pesquisas 24, 2001), da autoria de Fernando Luiz Abrucio e Márcia Miranda Soares, publicada pela Fundação Konrad Adenauer em conjunto com a Oficina Municipal e com o CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.

Notamos também que muitas pessoas, na busca de verdade pelas vias espirituais da filosofia, têm derivado para a experiência religiosa. E nestes movimentos muitos leigos retomam o vasto campo do pensamento teológico (quem é Deus), em que pese a hegemonia da secularização. Este artigo não pretende enveredar nesta direção ainda que estejamos claramente animados pela perspectiva humanista da tradição judaico-cristã.

Nesta reflexão introdutória sobre o pensamento e a cidade surgem-nos algumas imagens – muito importante nesta época em que explodem as vídeo-produções caseiras e pessoais – com as quais procuramos, como em um clip, qualificar a metrópole:

- i) Vértice para onde confluem pensamento, ação, palavra, trabalho e indústria humana;
- ii) Esculturas de asfalto, concreto, aço e vidro lançadas na vastidão do tempo e do espaço finitos;
- iii) Altar onde se divinizam pessoas, crenças, ideias e coisas;
- iv) Areópago do encontro do humano com o humano.

Ao contemplar estas imagens notamos um elemento essencial em todas elas: a pessoa humana na sua dignidade, capaz de escolher o bem, a beleza e a verdade, de forma consciente, responsável e livre.

CIDADE E VISÃO DE PESSOA

■ Ao buscar as razões profundas dos fenômenos humanos há filósofos que realizam um frutífero diálogo com campos científicos que frutificaram no século XX, tais como, a psicologia e a antropologia.⁴ Neste diálogo entre as ciências nota-se uma curiosidade comum e antiga de se compreender o que é a pessoa humana.

Muitos destes estudos estão ligados ao próprio processo de urbanização e ao esforço de conhecer o ser humano na dinâmica da cidade, a sua nova casa (*habitat*). Dizemos *nova casa* pois é sabido que nos tempos antigos os povos viviam nos campos, florestas e desertos. As cidades surgiram aos poucos ligadas aos cultos religiosos e ao comércio.

⁴ A obra de Edith Stein, *Psicologia e Ciências do Espírito – contribuições para uma fundação filosófica* (tradução nossa) é um marco neste sentido. Ver a versão italiana: *Psicologia e scienze dello spirito – contributi par una fondazione filosofica*. Città Nuova. Roma: 1996.

Com o passar do tempo, além da religião e do comércio, as cidades passaram a estar associadas à produção de bens. Neste processo vem se dando uma profunda transformação nos modos de ser e viver das pessoas.

Por um lado é no espaço urbano que encontram-se os maiores centros acadêmicos voltados ao desenvolvimento da chamada “ciência dura” que empreende suas buscas por soluções de vanguarda no campo da inovação tecnológica voltada aos mercados de massa. Por outro, a própria academia se debruça mais e mais sobre a pessoa humana buscando compreender suas estruturas e modo de funcionamento.

Neste contexto retomamos aqui de uma concepção dual e integral da pessoa humana que foi proposta pelo pensamento grego e medieval. Estas escolas conceberam o ser humano como ser vivente constituído de corpo e alma.

Com base nas vivências registradas pela filósofa Edith Stein, no início do século XX, fez-se ainda uma distinção entre duas dimensões constitutivas da alma: a psique e o espírito. Entre estas duas dimensões reconhecemos uma tensão vital onde a psique coloca-se como dimensão imaterial onde ocorrem as atrações e repulsas ao lado do espírito, propriamente dito, onde vivem a elaboração racional e a vontade.

Ao contemplarmos corpo, psique e espírito percebemos um dinamismo vital irrepetível em cada pessoa humana ainda que esta estrutura seja comum a toda humanidade, portanto, transcendente às singularidades. E ao contemplar a sociedade como um todo percebemos as pessoas que vivem uma vida única e própria na busca da unidade interior expressa exteriormente, com harmonia e beleza, na unidade das relações interpessoais.

As cidades e metrópoles, como acima dissemos, são os areópagos contemporâneos dos encontros entre as pessoas. Lugar da unidade e da desunião. Do conflito e da harmonia que solicitam da filosofia a capacidade de amar o que procuramos conhecer e conhecer o que procuramos amar.

UMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA

■ Fizemos há pouco referência à filósofa alemã Edith Stein, discípula e assistente de Edmund Husserl, tido como pai da fenomenologia. Com eles nos propomos a fazer uma reflexão essencialmente filosófica e adotar o método fenomenológico que vê o sujeito do saber de “mãos vazias” diante dos fenômenos e permite que as coisas mesmas falem ao coração e à razão.⁵

5 Para melhor compreender o método fenomenológico sugerimos a leitura de *Introdução à Fenomenologia*. Angela Ales Bello. Edusc: 2006.

Não é tarefa simples adotar este método para fazer um breve estudo do fenômeno metropolitano que é um objeto, ou *coisa* (no sentido alemão de *Sache*) muito vasto e que se mostra a nós como um mosaico multiforme e multicolor de complexos sociais, difícil de ser desvendado.⁶

Sem embargo, como tudo o que existe de fato traz em si um sentido e uma essência, é atrás deles que devemos correr. As essências das coisas podem revelar a raiz dos problemas da própria coisa e, portanto, de suas soluções.

Aqui buscaremos escavar, curiosamente, em busca de verdades essenciais sobre as metrópoles e identificar critérios para governá-las de forma sustentável, tendo no horizonte milhares, ou milhões, de gerações viventes e vindouras.

Em outras palavras, propomos esta leitura de fundo filosófico tendo consciência que o grande problema do pensar é buscar o sentido das coisas. Segundo Bello “a questão do sentido é um problema de fundo de toda história da filosofia ocidental, pois a filosofia é a busca do sentido, e não dos aspectos do objeto. Estes devem ser examinados, ninguém diria que não, mas é necessário ir mais fundo, escavar mais, em diferentes níveis, pois os níveis mais superficiais são tratados na Idade Moderna e Contemporânea. Na Antiguidade (no entanto) a elaboração foi muito mais complexa. Por essas razões, Husserl, no seu tempo, polemiza contra o Positivismo.”⁷

Sejam coisas físicas ou abstratas temos sempre diante de nós algo ou alguém que se mostra e que nos provoca a intuir e a descobrir qual o sentido de sua existência. Nesta busca queremos saber também qual o sentido da própria vivência que estamos tendo na relação com aquela pessoa ou coisa a que, em sentido filosófico, podemos chamar de “objeto” de nosso interesse, que nos atrai e cativa com sua existência.

Tomando o método fenomenológico entendemos que cada cidadão e cidadã que vive numa metrópole é *sujeito* a quem o seu próprio bairro e sua própria cidade se mostra como *objeto*. Por isso todos os cidadãos poderiam interessar-se mais pelo desenvolvimento de sua cidade, até porque ela mesma, a cidade, e seus concidadãos, esperam que todos participem da construção do bem comum.

6 Segundo Bello, “Husserl diz que para compreendermos os fenômenos devemos fazer um caminho. A palavra grega para designar caminho é *método*. Essa palavra também é formada por duas partes: *odos* que significa estrada e *meta* que significa por meio de, através. Temos portanto a necessidade de percorrer um caminho e essa é uma característica da história da filosofia ocidental, que sempre fez caminho para se chegar à compreensão do sentido das coisas.” (Ales Bello, op. Cit., página 21).

7 Ver Ales Bello, op. Cit., página 25.

Numa democracia a distância que se estabelece entre o *sujeito posto diante do objeto* é o espaço da consciência crítica. Interessante notar que mesmo a cidadania e a democracia podem ser objetos do nosso questionamento e investigação, para além das ideologias que buscam fazer deles categorias absolutas e imutáveis.

E aqui tocamos um dos problemas que nos parecem centrais para quem vive em uma metrópole: estar consciente e buscar uma melhora constante do exercício da cidadania e das práticas democráticas. Nas grandes cidades muitos se deixam levar como “massa de fácil manobra” e se tornam “eleitores sem elegidos”, “governados sem governantes”.

No mundo relativista da magia e das imagens é preciso, como diz o poeta, “estar atento e forte” e não deixar-se anestésicar pela indiferença em relação ao ser humano e à política. Há sempre uma importante diferença, às vezes sutil, entre aquilo que é, aquilo que parece ser. Como também diferem entre si aquilo que é e aquilo que deveria ser.

A busca metafísica e ética pelo bem (dever ser) e pela justiça é o que nos leva a empreender este esforço de pensar de forma suficientemente rigorosa e agir consequentemente e favor do resgate de todo ser humano, rico, remediado e pobre, de dentro da bolha de concreto, vidro, aço e asfalto da metrópole.

METRÓPOLE E POBREZA

■ A esta altura é preciso constatar que, mais do que nunca, a ciência tem se curvado a sua própria impotência diante da natureza frágil das pessoas e das coisas. E é exatamente no ambiente urbano que se abandonam os problemas que parecem insolúveis no tempo presente e adiam-se as soluções para o plano das angústias existenciais que só pedem uma coisa: o retorno ao presente.

Dentre estas angústias milenares estão a pobreza e a miséria de pessoas desconsideradas na sua existência a quem resta projetar a vida plena para um dia distante do futuro. E na medida em que a pobreza incomoda ela é lançada nos subúrbios trágicos de bairros “sem solução” que se multiplicam em todas as grandes cidades do globo terrestre.

Temos diante de nós o que podemos chamar de *impasses metropolitanos* que causam uma profunda ansiedade coletiva devido à falta de rumos e perspectivas para milhões de pessoas que vivem nas chamadas *megacidades*.⁸

8 Uma obra com o título *Impasse Metropolitano: São Paulo em busca de novos caminhos* foi publicada pela Fundação Konrad Adenauer e pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, em 2000, às vésperas das eleições municipais. Naquela altura reuniu-se especialistas de diver-

Esta angústia está presente em muitas cidades globais tais como Tóquio, Délhi, Seul, Shanghai, Mumbai, México, São Paulo, Beijing, Osaka, Nova Iorque e Jakarta, todas elas com mais de 20 milhões de habitantes, que gestam e concentram, diariamente, grandes problemas sociais e ambientais ainda sem solução.

Mas as cidades, desde a década de 1960, colocaram-se como territórios de revoluções culturais e esperanças para os séculos XX e XXI das grandes transformações. Desde então a filosofia, a psicologia e a política voltaram a debruçar-se sobre a pessoa humana que é, em si mesma, caminho permanente da solução para as grandes questões da Humanidade.

Do ponto de vista da fenomenologia “através da entropatia, entramos em um mundo intersubjetivo, cuja vivência ajuda o nosso desenvolvimento pessoal, do ponto de vista fundamentalmente espiritual e cultural”.⁹ Em outras palavras, as relações intersubjetivas são essencialmente criativas e produzem as soluções para seus próprios problemas.

Neste mesmo sentido, nos umbrais do terceiro milênio o papa João Paulo II afirmou que a razão e a fé, humanas, lançam luzes inesgotáveis sobre o caminho das pessoas que fazem da sua vida um peregrinar em direção à Jerusalém celeste.¹⁰ A esta imagem bíblica do *locus* da cidadania definitiva, onde reinam a paz e a justiça, sempre correspondeu uma cidade terrena e utópica a ser conquistada.

Com base nesta introdução filosófica que acaba por tocar, inevitavelmente, a teologia, passemos a definição do que chamamos de *impasse metropolitano* e à enumeração de alguns critérios para um governo metropolitano sustentável.

○ IMPASSE METROPOLITANO

■ O conceito de *região metropolitana* traz em si duas dimensões fundamentais: trata-se de uma *região intermunicipal* e ao mesmo tempo de um *conjunto de ci-*

sas áreas para discutir a cidade juntamente com os principais candidatos à Prefeitura Municipal. Passados quase quinze anos são muito poucos os avanços em relação aos problemas então levantados no campo do transporte, segurança, abastecimento e política de gestão. Para conhecer a reflexão havida em 2000 sobre o modelo de gestão da cidade ver: ABRUCIO, Fernando L., CARNEIRO, José Mario B. e TEIXEIRA, Marco Antônio C. *O impasse metropolitano: São Paulo em busca de novos caminhos*. Fundação Konrad Adenauer e Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. São Paulo, 2000.

9 Ales Bello, op. Cit. Página 66. Há quem traduza a palavra *Einfühlung* como empatia ou como entropatia. A primeira opção requer a diferenciação de empatia e simpatia.

10 Ver encíclica *Fides et Ratio* (Fé e Razão) de João Paulo II, publicada em 1988.

dades. A primeira dimensão (*intermunicipal*) tem a ver com a estrutura política e administrativa do Estado. Desde 1988 cada Município brasileiro, compreendendo sua área urbana, rural e florestal, passou a gozar de identidade política própria enquanto *ente federativo*.

Esta identidade política se consubstancia na Lei Orgânica Municipal que tem força de Constituição para a comunidade local que a discute, aprova e revê, permanentemente, em sua respectiva Câmara de Vereadores. A beleza do processo democrático e do poder legislativo local merece ser, urgentemente, resgatada para o bem da cidadania ativa.

A segunda dimensão (*interurbana*) tem a ver com a estrutura física da ocupação do espaço. Do ponto de vista da infraestrutura, da produção e do mercado, uma metrópole pode ser vista como “uma coisa só”. Trata-se de verdade de um *continuo* por onde pessoas, bens e serviços circulam livremente, ainda que com obstáculos, a começar pelo próprio trânsito de veículos privados e públicos.

A palavra *metrópole* vem do grego *méter*, que quer dizer mãe. E *polis*, como bem sabemos, quer dizer cidade. A metrópole é portanto uma *cidade-mãe*, ou seja, um núcleo urbano que agrega outras cidades do entorno graças a sua influência religiosa, cultural, política, econômica, acadêmica, industrial etc.

Atualmente vemos o dinamismo estressante entre cidades globais muito distantes umas das outras. Basta lembrar o atual peso da China na economia mundial multipolar. Contribui essencialmente para este sistema globalizado de cidades interconectadas a integração virtual da informação e da economia promovidas pelas vias da WEB e pelas rotas aéreas e marítimas.

Dentro da macrodinâmica metropolitana vemos operar a microtecnologia e a universalização da língua inglesa como elementos fundamentais para o alastramento do *american way of life*. Curioso observar esta cultura espraiando-se e pulverizando-se como uma força centrífuga por todos os confins do planeta e ao mesmo tempo observar vários processos de fusão de cidades em metrópoles gerados por forças centrípetas.

Notamos também a conexão de metrópoles entre si e tudo isso contribuindo para o esmaecimento, e as vezes para perda total, da identidade cultural de núcleos urbanos originais. Trata-se do fenômeno da massificação cultural que corresponde ao apagar das linhas de fronteiras territoriais que antes definiam bairros e cidades.

A postura crítica do espírito surge como via de saída fundamental para superação deste processo de acultramento inercial. E a primeira crítica a ser feita

é lembrar que estes complexos de cidades, a que hoje chamamos de metrópoles, um dia inexistiram.

Em outras palavras, se hoje a megacidade, com suas torres gigantes, apresenta-se como o principal modo de vida e de ocupação “civilizada” do espaço físico, isso nem sempre foi assim. Para confirmar esta hipótese basta olhar para o Brasil, com vastos territórios intocados, e intocáveis.

A consciência ecológica aumentou, entre outras razões, para recordar a humanidade de que há um estado *in natura* da chamada mãe terra. Esta obra que não foi criada por mãos humanas e, com ela, uma forma natural de vida humana bem integrada ao meio ambiente ainda se faz presente em muitas nações autóctones brasileiras e mundiais.

Em tom profético poderíamos esperar que estas zonas de equilíbrio ecológico não sejam apenas realidades de fundo a serem deixadas para trás em um passado remoto. A força da natureza que enfrenta o peso das metrópoles, à beira de oceanos e desertos, nos leva a crer que não sucumbirão ao constructo industrial.

Da cidade de massas às comunidades humanas: um primeiro critério

Para tanto é mais do que urgente resgatar as realidades culturais que foram cultivadas no horizonte da memória e do sonho. Elas estão presentes nas comunidades onde o espírito crítico não permite que a fantasia tome conta da realidade.

Outrora as comunidades nômades, e mesmo as tribos estáveis, garantiam sua própria subsistência no tempo e no espaço. Enquanto as cidades encontravam um ponto de justo equilíbrio na convivência com as regiões rurais, de onde vinha a água e o alimento, esta sustentabilidade se preservou.

Com a migração e o crescimento desordenado, principalmente das capitais, perdeu-se o controle do processo de urbanização e instalou-se um desequilíbrio nos ambientes urbanos realmente difícil de ser revertido. Não por acaso, ao menos no Brasil, a maior parte das regiões metropolitanas se formaram em torno das capitais.¹¹

A partir da década de 1990, ao lado das sedes políticas dos estados, surgiram novos polos e *clusters*, voltados à produção e ao desenvolvimento econômico. Vários destes polos assumiram o papel de “capitais do comércio e da produção” e

11 Segundo dados do IBGE as doze metrópoles brasileiras de “primeiro nível» se formaram no entorno de capitais: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

passaram a compor o rol das primeiras regiões metropolitanas, agregando cidades a sua área de influência.¹²

As regiões metropolitanas estão previstas no Artigo 25, Parágrafo 3º, da Constituição Federal que diz o seguinte: “Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir *regiões metropolitanas*, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.”

Antes da Constituição de 1988 as regiões metropolitanas eram criadas por lei federal. Isso ocorreu com a Lei Complementar 14, de 1973, durante o Governo Médici, que criou as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Ao lermos aquela lei notamos a fragilidade do dispositivo que, após definir os municípios integrantes de cada região trazia um problema risível para as complexas questões metropolitanas da atualidade, a fixação do salário mínimo (“§ 9º – O valor do salário mínimo nos Municípios integrantes de uma região metropolitana será igual ao vigente na Capital do respectivo Estado.”).

Dentre as regiões metropolitanas (RMs) brasileiras o caso de São Paulo segue sendo o mais emblemático tendo em vista que a região em torno desta capital é composta por 39 municípios que sofrem diretamente os impactos do desenvolvimento que levou a uma concentração populacional que ultrapassa a casa dos 20 milhões de habitantes.

Este é o cenário paulistano do drama anunciado da falta de água. Este cenário talvez pudesse ter sido alterado caso a cidade tivesse adotado, há 30 ou 50 anos atrás, um modelo de gestão no qual o próprio cidadão alertasse com sua sensibilidade para os problemas dos bairros e regiões.

12 Em 1973 foram criadas as primeiras regiões metropolitanas por força da Lei Complementar nº 14 /1973. Segundo Ilson J. Barreto em artigo publicado na *Espaço e Economia – Revista Brasileira de Geografia Econômica* o “boom” das regiões metropolitanas (RMs) aconteceu a partir de 1994, apoiado na atribuição concedida aos Estados, pela Constituição de 1988, de criar as mesmas. Atualmente são 36 RMs sendo que muitas na verdade não contam com o quesito populacional para serem tratadas como tal mas são criadas visando obter recursos adicionais do Estado. Neste contexto vale lembrar o caso interessante de Sorocaba (SP) onde recentemente instalou-se a fábrica da Toyota e que foi palco de uma polêmica sobre o crescimento da indústria a qualquer custo, envolvendo o próprio prefeito municipal que, em um dado momento, bravamente afirmou que a cidade não deveria crescer de forma tão acelerada, contrariando o lugar comum de que para desenvolver-se é preciso atrair indústrias a qualquer custo (ver revista *Prefeitos e Gestões* – <http://www.prefeitosonline.com.br/site/revista>). Ainda sobre o caso emblemático de Sorocaba ver: “O surgimento de novas regiões metropolitanas no Brasil: uma discussão a respeito do caso de Sorocaba (SP)” <http://espacoeconomia.revues.org/374?lang=pt>

Do ponto de vista das mudanças no modelo de governança da capital paulistana talvez um dos poucos passos tenha sido a criação, somente em 2014, dos Conselhos de Representantes das Subprefeituras, defendido desde a década de 1980.¹³ Os Conselhos surgem já com problemas devido à burocracia vis-a-vis à Prefeitura e Secretarias, bem como a impotência dos conselheiros frente aos seus representados. De toda forma são espaços democráticos importantes que poderão amadurecer com o tempo.

Diante de um crescimento cego e descontrolado de tamanha grandeza podemos dizer que regiões metropolitanas, como São Paulo ou Rio de Janeiro, podem ser vistas como fenômenos de massa. Neste ponto seria oportuno deixar claro o que pretendemos dizer com a palavra *massa* trazendo a formulação deste conceito dada pela fenomenologia.

Fazendo novamente referência à filósofa Edith Stein, uma autora italiana especializada em sua obra, Angela Ales Bello, assim ensina: “Stein faz uma consistente análise desse fenômeno (massa) dizendo que (nele) há uma espécie de contágio psíquico que corresponde, em seu funcionamento, ao contágio de doenças do corpo”.

Que tipo de contágio psíquico podemos notar em uma região metropolitana? A busca do emprego e da riqueza? O *status* de viver na cidade grande? Uma ideologia do progresso e do desenvolvimento?

Para Ales Bello a “ideologia é uma ideia que pode ser apresentada como boa, útil, mas na verdade, faz com que certa organização siga os interesses de quem a propõe. Neste caso Edith Stein diz que está se formando a massa. Massa significa, então, pessoas juntas sem uma forma especificamente própria. Sua forma é dada por quem consegue se ocupar dela e utilizá-la segundo um projeto”.¹⁴

Ou seja, no caso das metrópoles poderíamos buscar identificar quem são os atores que criam e conduzem este projeto de cidade que se agiganta engolindo outras cidades. Queremos dizer com isso que uma metrópole não surge do nada. Existem agentes que lideram o processo de urbanização e de conurbação.

Normalmente, em perspectiva marxista, um tanto reducionista, são apontados como vilões a indústria, a construção civil e a especulação imobiliária. Porém

13 À época do Governo Franco Montoro que pregou e atuou no sentido da participação e descentralização discutiu-se muito sobre a descentralização da prefeitura paulistana. A gestão municipal de Luiza Erundina buscou resgatar o conceito de Subprefeituras com maior autonomia, também sem sucesso. Parte desta história pode ser encontrada na publicação já referida, *O Impasse Metropolitano*.

14 Ales Bello, op. Cit. Página 72.

a cidade não é apenas um produto do capital. As relações humanas que se produzem em torno do capital e do trabalho vão além deles e não esgotam o fenômeno urbano.

Para nós, mais interessante é compreender a metrópole como um projeto humano comum. Retomando Ales Bello, podemos dizer que todo projeto é um produto intelectual e poderá ser bom ou mau pois contém o aspecto moral. Para esta autora todo projeto será necessariamente viciado caso alguém, segundo seu projeto, faça uso da massa para algo negativo ao desprezar “a liberdade do ser humano”.¹⁵

Em outras palavras, numa situação em que as pessoas não são respeitadas na sua liberdade e responsabilidade – como ocorre frequentemente com quem vive em uma cidade como São Paulo – temos o caso de uma “massa de mão-de-brá” nas mãos daqueles que governam a economia, a política, a cultura etc. Esta questão nos parece ser fundamental e apriorística quando tratamos da questão metropolitana.

Não por acaso os grandes colégios eleitorais que se formam nas metrópoles são disputadíssimos pelas forças partidárias com seus projetos específicos. Observando os fenômenos eleitorais nossa questão é a seguinte: existe algum tipo de organização que respeita os projetos individuais de cada uma das pessoas que a constitui?

Ainda citando Angela Ales Bello, mirando os autores fundamentais da fenomenologia, temos a seguinte afirmação: “Husserl e Stein acreditam que a organização que respeita a pessoa se chama *comunidade*. A comunidade é caracterizada pelo fato de os seus membros assumirem responsabilidades recíprocas. Cada membro considera sua liberdade, assim como também quer a liberdade do outro e, a partir daí, verificam qual é o projeto conjunto.”¹⁶

Uma comunidade é o tipo de organização ideal que seria capaz de agregar cada pessoa e todas as pessoas simultaneamente, sem exclusões. Este parece ser o desafio de fundo das metrópoles: serem constituídas por comunidades humanas e solidárias. Tomemos este aspecto como um primeiro critério a ser considerado quando se pensa em um governo metropolitano ideal e sustentável: que ele seja capaz de promover as comunidades.

15 Ales Bello, op. Cit. Página 72.

16 Ales Bello, op. Cit. Página 73.

PLANEJAR E DISCIPLINAR A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO: UM SEGUNDO CRITÉRIO

■ Para tratar do tema do planejamento urbano e da disciplina da ocupação do espaço podemos ficar no âmbito da teoria ou da prática. No Brasil, infelizmente, a prática do planejamento local é pífia. Isso se deve, em grande medida, ao fato de que a tarefa de planejar, no ponto de vista do Estado, ter sido tradicionalmente confiada ao governo federal. Como se os governos municipais não pudessem e não deveriam planejar.

Mas para não adentrarmos este debate de fundo iremos resgatar aqui, muito brevemente, uma experiência concreta de planejamento ocorrida em São Paulo, que poucos conhecem. Para tanto iremos nos socorrer de um suplemento especial do jornal *Folha de S. Paulo*, com o título “Grande São Paulo: desafio do ano 2.000”, publicado em 1967, quando a população da cidade de São Paulo se aproximava da marca dos 10 milhões de habitantes.

A edição tinha como objetivo discutir o impressionante crescimento da cidade que naquela altura dava sinais de esgotamento do modelo de gestão e planejamento. O problema da escassez da água já se fazia presente e surgia como a ponta de um iceberg de uma crise bem mais profunda.

Segundo a *Folha de S. Paulo* esta crise teria sido apontada 11 anos antes, portanto em 1956, por uma equipe interdisciplinar responsável pela elaboração de um Plano Diretor para cidade. Trata-se de um importante estudo que foi entregue à Prefeitura de São Paulo pela SAGMACS, uma entidade liderada Joseph Lebet, expoente do movimento “Economia e Humanismo”.¹⁷

O estudo com o título “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulista” fora realizado por uma equipe formada por sociólogos, urbanistas, economistas, engenheiros e outros especialistas que compunham a equipe da SAGMACS com cerca de 100 profissionais. Com 2 volumes e quase 600 páginas, este talvez tenha sido

17 A sigla SAGMACS quer dizer: Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais. Trata-se de uma empresa criada por Joseph Lebet, para elaborar estudos e planos diretores de cidades como São Paulo. O Estudo aqui referido foi assinado por personalidades da época ligadas ao movimento humanista cristão, entre eles, Frei Benevenuto de Santa Cruz, Antonio Bezerra Baltar, Antonio Delorenzo, Raymond Delprat, Frank Goldman, Mario Laranjeira de Mendonça e Chiara De Ambrosis Pinheiro Machado. Participaram também deste trabalho figuras que se tornaram conhecidas no mundo político e que foram profundamente marcadas pelo pensamento de Lebet como André Franco Montoro, Plínio Arruda Sampaio e Chico Whitaker.

o primeiro e principal estudo interdisciplinar da cidade e infelizmente se perdeu nos arquivos da Prefeitura.

O suplemento da *Folha* traz uma síntese dos aspectos principais daquela análise feita quando a capital paulistana tinha cerca de 3,5 milhões de habitantes. Com um terço da população atual o diagnóstico da cidade já era muito crítico. Lebret e sua equipe afirmavam à época que:

São Paulo é um ser vivente vigoroso, que não se deve querer vestir com roupas de sua infância ou de sua adolescência. É preciso talhar e coser para ele vestimentas apropriadas a sua idade adulta, admitindo, sem dúvida, que chegue mesmo a tornar-se um gigante. Mas, para que o gigante não se torne um monstro, deverá conscientemente sustar seu crescimento, ao atingindo o tamanho limite que lhe permita corresponder as suas funções econômicas e humanas.¹⁸

Chama atenção nesta citação de Lebret as palavras *sustar conscientemente seu crescimento*. Elas querem dizer que a cidade de São Paulo, como qualquer cidade, teria um limite para seu próprio desenvolvimento populacional e territorial.

Observando o crescimento de São Paulo nos últimos 50 anos é óbvio afirmar que o mesmo não foi sustado de forma consciente. Parece, isso sim, que tenha se concretizado outro prognóstico do mesmo Lebret: “Resta pouco tempo – afirmam – para impedir que, já intrinsecamente viciosa, a estrutura da capital seja definitivamente irreparável”.¹⁹

O estudo atribuía o crescimento da cidade a alguns fatores bastante conhecidos: “ciclo do café, produção de energia elétrica, imigração, atuação de empreendedores audaciosos, desenvolvimento das redes ferroviária e telefônica e constituição de um mercado que abrange todo o Brasil”.²⁰

Estes ingredientes sociais e econômicos, em conjunto, teriam produzido uma “desordem urbana” duramente denunciada na medida em que “ela traduz, no terreno prático, a atenção unilateral e absoluta que se dá ao direito de propriedade, declarado no texto constitucional, mas sem se levar em menor conta a

18 Ver: Jornal *Folha de S. Paulo*. Suplemento Especial. Cad. 9. Set./Outubro de 1967. Grande São Paulo: o desafio do ano 2.000. Lebret, precursor do grande São Paulo. Capa.

19 Op. Cit., página 359.

20 Op. Cit., página 359.

cláusula que o submete à utilidade social, que é o elemento capaz de assegurar e garantir o bem-estar coletivo”.²¹

Hoje a cidade de São Paulo se volta contra seus próprios habitantes e, em geral, prevalecem como critérios para seu governo as abordagens econômicas, jurídicas e do planejamento urbano que dão ênfase à questão da infraestrutura para a construção civil. É fato que no sentido de se superar abordagens setoriais, nas últimas décadas vem se buscando uma visão integral e sistêmica dos problemas, motivada pela noção de sustentabilidade social e ambiental da cidade mas ela ainda é muito tímida.

Um grande inimigo desta abordagem é a opção pelo transporte individual em lugar do transporte público sobre trilhos. Do ponto de vista da economia o problema é complexo e antigo. É bastante conhecida a história da política de substituição de importações e da concentração do parque industrial na região metropolitana de São Paulo, exatamente onde fundou-se as bases da indústria automobilística.

Se em 1920, pouco antes da crise do café, São Paulo tinha cerca de 500 mil habitantes na década de 1950 a cidade já ultrapassava a marca dos 3,5 milhões e daí para frente o crescimento descontrolado e sem planejamento passou a imperar. Por isso, como segundo critério apontamos o planejamento e a disciplina da ocupação do solo.

DEMOCRACIA E FEDERAÇÃO: UM TERCEIRO CRITÉRIO

■ Os pactos políticos de caráter metropolitano estão desafiando não somente os atores Estadais mas, simultaneamente, a criação de espaços de participação democrática. Boa parte dos cidadãos ainda não tem a consciência exata do que significam as políticas públicas de caráter regional no plano metropolitano.

No caso de São Paulo, a escassez de água é uma exceção que tem levado as pessoas a refletir e posicionar-se com uma percepção de escala regional. Isso porque no caso da água ficam mais claros os conflitos por este bem escasso que toca diretamente a vida das famílias de bairros distintos e cidades vizinhas.

Além dos vários aspectos físicos e espaciais que dizem respeito aos complexos metropolitanos, muito provavelmente, estas regiões do país seguirão sendo, nos próximos anos, muito pressionadas pelo fator tempo. Isso porque o Brasil está desafiado a retomar um ritmo mais intenso de desenvolvimento econômico para

21 Op. Cit., página 359.

conseguir acompanhar as tendências da globalização e da regionalização competitiva, uma ideia que também deve ser questionada na perspectiva ambiental.

Devemos recordar ainda que no caso do Brasil, assim como no México, Índia e Nigéria, o pacto federativo para o enfrentamento das questões ambientais é ainda mais desafiador pois são três as esferas de governo apontadas pela Constituição Federal como entes da Federação com competência para o planejamento, gestão e controle ambiental. Temos as chamadas competências comuns compartilhadas por Municípios, os Estados (e Distrito Federal) e a União.

Normalmente as Federações, como os EUA, Alemanha e Suíça, os Municípios não são entes federativos. Aqui os Municípios possuem direitos e deveres resguardados por uma personalidade jurídica de Direito Público dotada de autonomia política, tributária, administrativa e financeira.

Porém o exercício efetivo da autonomia municipal está muito longe de ocorrer pois cerca de 80% das cidades brasileiras dependem de transferências federais e estaduais canalizadas através do Fundo de Participação dos Municípios para sobreviver. Esta questão é muito complexa e não poderá ser tratada neste artigo, mas quando comparamos o Brasil com outras federações, por exemplo, os já referidos EUA, Alemanha e Suíça, há uma cultura amadurecida de cobrança de impostos próprios de cada uma das esferas de governo no sentido de cobrir a maior parte dos gastos necessários às políticas das respectivas competências. Em outras palavras, corresponde ao gasto público um esforço de arrecadação própria.

Buscou-se a introdução deste modelo no Brasil com a Lei de Responsabilidade Fiscal porém de forma parcial e até contraditória na medida em que não se fez a reforma tributária que deveria aliviar a carga dos tributos federais em favor de um aumento proporcional dos tributos estaduais e municipais que deveriam custear as políticas públicas fundamentais para o cotidiano dos cidadãos.

Como dissemos, o federalismo fiscal é um problema complexo mas vale pontuar, por exemplo, que a esperada reforma poderia transferir impostos como o IPI e o ITR para competência municipal de modo a aumentar a base de arrecadação própria atualmente restrita ao IPTU, ISS, ITBI e COSIP.

Os temas da reforma tributária e da reforma política podem ser vistos como questões correlatas ao governo metropolitano pois ele se inviabiliza sem recursos e sem sustentação política. Trata-se portanto de se construir mecanismos de democracia participativa nesta esfera metropolitana, intermediária entre o nível municipal e o estadual.

Diante da já mencionada questão da água, especialmente num ano eleitoral, muitos se perguntam, por exemplo, afinal qual é a esfera de governo respon-

sável pela resolução das questões metropolitanas? De que maneira os diversos níveis de governo devem cooperar em favor da coesão social e da sustentabilidade ambiental?

Estes problemas também remetem ao tema do Federalismo, ou seja, dos pactos políticos entre as esferas de governo (união, estados e municípios). Não resta dúvida que nas próximas duas ou três décadas o Brasil deverá rever as formas de relacionamento que se estabelecem entre as esferas da Federação.

Neste sentido, será necessário aperfeiçoar nosso modelo federativo de modo que os governos possam ter maior clareza sobre a distribuição das competências relativas às políticas ambientais. Coordenação e cooperação federativa serão também necessários para o enfrentamento dos problemas de setores correlatos como, por exemplo, energia e mudanças climáticas.

BACIA HIDROGRÁFICA COMO UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO: UM QUARTO CRITÉRIO:

■ São Paulo já foi reconhecida como a cidade da garoa e, porque não dizer, a cidade das nascentes e rios. Muitos dos paulistanos não têm consciência de que vivem em um grande vale de nascentes localizado entre as serras do Mar e da Mantiqueira. Não foi por acaso que os tupiniquins chamaram o local de Piratininga, peixe seco. Onde há peixe há água.

Por séculos pessoas viveram desta grande “bacia de água” (ou bacia hidrográfica) outrora banhada por centenas de nascentes, córregos e rios, dentre eles os famosos Anhangabaú e Tamanduateí, sem contar os afluentes do Tietê e Pinheiros. O drama é que a maior parte desta água foi coberta por casas, prédios, ruas, avenidas e trilhos de trem. A cobertura de rios e vales atinge o coração da sustentabilidade que depende essencialmente da água.

Olhar para São Paulo do ponto de vista ecológico nos obriga a ampliar a visão para a toda região de influência da cidade. Uma cidade que se estende e abraça um estado e um país. A região que denominamos Grande São Paulo abriga não somente as cabeceiras do rio Tietê, mas, num raio mais amplo, chega às fontes do Iguape, Paranapanema e Paraíba.

Parece loucura lembrar destes aspectos geográficos em um momento em que a Grande São Paulo abriga mais de 20 milhões de pessoas. Situação irreversível que precisa ser lidada. Mais do que pessoas são milhões de metros quadrados edificadas. Trata-se de uma obra realmente impressionante construída pelos pró-

prios paulistanos, com a ajuda de muitos paulistas e brasileiros que chegaram a estas paragens por conta do trabalho.

Para quem vive neste espaço a grande questão é a qualidade de vida, do transporte, da água, dos serviços sociais e culturais etc. Estes temas vêm sendo tratados nos debates em torno do Plano Diretor de São Paulo e estão presentes no cotidiano dos jornais da cidade. Apesar das discussões ao longo das últimas três décadas parece que a cidade segue uma mesma tendência de crescimento desordenado. Sem que as cidades que fazem parte da RMs se organizem será difícil que a região ganhe um governo capaz de fazer sua gestão.

Nesta organização uma proposta ousada seria adotar as bacias hidrográficas como unidades de planejamento e gestão de todas as políticas públicas e não somente a de recursos hídricos. Educação, saúde, assistência, transporte, infraestrutura, abastecimento e saneamento precisam estar integrados sobre o mesmo território. A bacia hidrográfica pode dar conta desta integração ao mesmo tempo que remete ao bem preciosíssimo que é a água, para o presente e para o futuro.

A GUIA DE CONCLUSÃO: UMA VIVÊNCIA PESSOAL EM UM BAIRRO DE PERIFERIA NA METRÓPOLE

■ Escrevo esta conclusão estando em um bairro de periferia em uma região metropolitana brasileira onde realizamos um trabalho voluntário junto à comunidade local. É a partir desta perspectiva que faço uma releitura conclusiva deste texto e em seguida trago algumas vivências reais deste lugar. Por isso escrevo na primeira pessoa, as vezes no singular outras no plural.

No desenrolar do texto vimos que o desafio de construir um governo metropolitano tem caráter essencialmente político e, portanto, toca a concepção arquitetônica do Estado. Isto porque, na política, estão em jogo os espaços de convivência humana, a organização das esferas de poder e a alocação dos elementos de ligação entre as instâncias administrativas responsáveis pelos projetos, programas e políticas públicas necessárias ao bem comum.

Vimos ainda que a questão metropolitana deve ser enfrentada no campo do pensamento e da ação interdisciplinar onde encontram-se, dentre muitas disciplinas, a filosofia, a antropologia, a sociologia, a política, a teoria do Estado, a ecologia, a administração pública, a arquitetura e urbanismo e assim por diante.

Para tentar tecer uma visão integrada destas muitas dimensões das ciências humanas a antropologia fenomenológica nos ajudou a inserir nesta discussão um ponto de referência comum a todas elas que é o próprio ser humano com sua

estrutura interna universal e suas individualidades pessoais. Vimos que as pessoas são na sua essência seres abertos às relações interpessoais e que estas relações remetem necessariamente à política.

Podemos dizer que a tese de fundo deste artigo foi exatamente a necessidade de se deslocar o problema da metrópole da esfera da economia desenvolvimentista para o campo político propriamente dito onde, de modo consciente e determinado, cidadãos e governantes deverão dar um rumo sustentável às metrópoles sob pena de vê-las afastando-se cada vez mais da ecologia humana e ambiental. É preciso superar o que chamamos de *impasse metropolitano*, uma situação limítrofe para vida humana.

Isto porque constatamos que o mundo econômico urbano, marcado pela construção civil e pelo jogo imobiliário, vem ditando as regras fundamentais do progresso brasileiro desde a década de 1950. Foi o que afirmou veementemente, no caso de São Paulo, o estudo de Pe. Josef Lebrecht e da SAGMACS, orientado pela visão da *economia e humanismo*.

Apontamos, com a ajuda de Lebrecht e de Edith Stein, uma via alternativa que, a partir da convivência humana, e somente através dela, poderá orientar uma nova prática política fundada na solidariedade e no bem comum. Bem comum entendido como o conjunto de condições, materiais e imateriais, necessárias ao desenvolvimento de cada ser humano e de todos seres humanos, sem exceção ou exclusão. Trata-se de um princípio diferente dos critérios positivistas e cientificistas que tem orientado a economia e os governos do país.

Em suma, são realmente necessários novos princípios e critérios capazes de proteger a ecologia humana e a ecologia ambiental e, simultaneamente, orientar as reformas dos modelos econômicos que conduzem à injustiça e à violência. Para que esta utopia possa acontecer é preciso que os governos das cidades e das metrópoles ampliem sua capacidade de escuta e compreensão das pessoas que vivem nas periferias das cidades brasileiras.

Boa parte destas periferias são constituídas de bairros consolidados onde famílias vivem e convivem há duas ou três gerações. É verdade que estas famílias conhecem de perto as várias manifestações de violência que atingem mormente as crianças, jovens, doentes e idosos. Sem embargo são mais fortes os laços solidários que se estabelecem entre vizinhos e que dão testemunho de que é possível um tipo de convivência mais próximo do *ideal de comunidade* regido pela gratuidade e não por interesses materiais imediatistas.

Os vínculos de antigas amizades, as adoções e apadrinhamentos de crianças são exemplos corriqueiros nestes locais esquecidos e, no mais das vezes, abando-

nados pelo Estado. Certamente as pessoas que vivem em bairros como este em que nos encontramos saberiam como colaborar na identificação de prioridades e soluções práticas em termos de projetos, programas e políticas públicas complementares às redes familiares de ajuda mútua de caráter educativo e assistencial.

A razão e a sabedoria política destes atores locais são imprescindíveis para a formação de governos metropolitanos colados à realidade. É preciso ainda desenvolver mecanismos de escuta mais eficientes, presenciais e virtuais. Imagina-se que os conselhos de bairro, conselhos escolares e conselhos paroquiais possam colaborar ainda mais neste sentido.

São necessárias pontes estáveis entre cidadãos e governos que podem ser estabelecidas pelos membros destes vários conselhos, por vereadores engajados e seus assessores. Por isso as instâncias políticas municipais são fundamentais e precisam ser reformadas de modo a atrair uma nova militância realmente comprometida com o bem comum.

Parece-nos que estão surgindo novas lideranças sociais e políticas nestes bairros, pessoas motivadas pelo descontentamento e inconformismo com a política do toma lá dá cá dos períodos eleitorais. Estas lideranças poderão criar novas vias de acesso às instituições e passar a moldar as estruturas partidárias e Estatais com suas marcas.

A política é um eterno recomeço. Oxalá as eleições municipais de 2016 e 2020, num horizonte de médio prazo, possam ser tratadas de modo especial pelos partidos e candidatos compromissados com a democracia e com as reformas do Estado. Estamos certos que um movimento de baixo para cima poderá surtir efeitos transformadores capazes de dar uma nova face aos bairros e cidades conurbadas que formam metrópoles.

Ainda muito cedo, antes do sol raiar, desde um terraço no terceiro andar de uma casa que cresceu espremida neste bairro de periferia vejo e ouço coisas. Um galo que canta, um ônibus que para no ponto, cães latindo e o silêncio de famílias que ainda dormem na paz do amanhecer. Contemplo desde um terraço construído sobre uma segunda laje de concreto batido num sábado de mutirão.

Daqui meus olhos e meu coração enxergam estes belos lares feitos de tijolo marrom vasado, algumas com, outros sem revestimento. Cada tijolo assentado lembra o gesto de uma pessoa ainda anônima para mim. Algumas paredes com excesso de cimento escorrido e outras não, tão diferentes e únicas, como as pessoas que aqui vivem e convivem.

Canos de PVC visíveis cruzam de cima abaixo os muros, ligados às caixas de água azul acompanhadas de antenas parabólicas. Vejo ainda varais, belas plantas

em vasos, uma mangueira plantada em um belo átrio que restou no espaço comprimido pelo imperativo da sobrevivência e do trabalho.

O galo canta uma vez mais. Em breve chegarão as vozes e as conversas. Assim vivem milhões de pessoas no Brasil. Quando olhamos de fora para elas e para suas casas não temos noção da riqueza de relações humanas que se dão nestas faixas de terreno que fazem a liga amorosa entre as cidades das metrópoles.

Foi necessário sair da minha acomodada perspectiva para enxergar mais além daquela imagem estereotipada das fotografias. Ao chegar de mãos vazias ao lar que nos acolheu, me reaproximo das pessoas e de mim mesmo. Convenço-me juntamente com as pessoas com quem aqui convivi que é possível transformar a realidade a partir da comunidade, suas crenças e esperanças.

As estruturas injustas das metrópoles podem, definitivamente, ser mudadas pelo espírito humano. Porque ao final da tarde, nas franjas periféricas das cidades que compõem os mosaicos metropolitanos, sobem as pipas empinadas por meninos. Nas ruas de terra ou asfalto precário meninas embalam suas bonecas. Garotas e garotos, em uniformes de escola voltam a pé para casa. Mães buscam filhos, sobrinhos e enteados na companhia dos maridos, amigas ou vizinhas.

Estas comunidades guardam as tradições solidárias fundamentais para a descoberta da política e do Estado em bases humanas. Conforme estes fenômenos se manifestam à minha consciência, experimento um misto de medo do desconhecido e confiança no olhar das pessoas que vou cruzando na medida em que caminho pelas ruas. Ressurge uma esperança na sustentabilidade e no bom governo nas metrópoles. Um avião me levará de volta. Que esta viagem não me lance na anestesia do passado. Que viva o presente.

JOSÉ MARIO BRASILIENSE CARNEIRO · Advogado com mestrado em Administração Pública, doutorado em Administração de Empresas e Master em Teologia da Evangelização. Fundou e dirige a Oficina Municipal, uma escola de cidadania e gestão pública vinculada à Fundação Konrad Adenauer.